

ESTADO DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO № 861/2022

Cria a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo Vereador Renato Carvalho de Andrade Pinto e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pedro Leopoldo aprovou e, eu, Presidente, no uso de minhas atribuições regimentais, promulgo a seguinte Resolução:

Art.1º Fica criada a Escola do Legislativo Vereador Renato Carvalho de Andrade Pinto, da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

Art. 2º São objetivos específicos da Escola do Legislativo Vereador Renato Carvalho de Andrade Pinto:

- I oferecer aos parlamentares e aos servidores da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo suporte teórico e treinamento para a elaboração de leis e para o exercício das atividades profissionais das áreas administrativa e legislativa;
- II promover a realização de cursos de ambientação aos novos vereadores, diretores e assessores parlamentares no início de cada Legislatura;
- III oferecer aos servidores e aos profissionais terceirizados conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro do Legislativo e fora dele, quando em atividades voltadas para o público ao qual servem;
- IV qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo,
 ampliando a sua formação em assuntos legislativos;
- V desenvolver ações de educação para a cidadania, visando a aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de colaborar com a realização de atividades parlamentares e políticas;
- VI desenvolver programas e atividades específicas, objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;



ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Legislativo, em cooperação com outras instituições públicas e/ou privadas;

VIII - planejar e organizar eventos sobre temas de repercussão na sociedade que contribuam para a educação política e o aprimoramento da prática legislativa;

IX - integrar e gerenciar convênios, especialmente com o Senado Federal, a Câmara dos Deputados; as Assembleias Legislativas; as Câmaras Municipais; os Executivos Municipais, estaduais e federal; as associações; as entidades de classe; os órgãos dos Poderes da União; os Tribunais de Contas; o Ministério Público; as universidades; com faculdades; as escolas técnicas e com as escolas de cursos de qualificação profissional, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de servidores e agentes políticos em videoconferências, treinamentos à distância e a realização de cursos de capacitação técnica e de cursos presenciais de formação acadêmica ou pós-acadêmica;

X - manter atividades de cooperação e intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universidades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos à distância;

- XI capacitar vereadores e servidores de outras câmaras municipais e instituições, no cumprimento de compromissos firmados com instituições parceiras;
- XII desenvolver as ações do Memorial da Câmara e incentivar a realização, a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do Município de Pedro Leopoldo.
- XIII manter uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas (publicações, teses, monografias, dissertações, entre outros) que tratem de questões e assuntos atinentes à política e legislação brasileira;
- XIV informar e capacitar a comunidade em temas afins às atividades institucionais do Poder Legislativo;
- XV desenvolver ações motivacionais, por meio de palestras, atividades e políticas de relações humanas;



ESTADO DE MINAS GERAIS

- XVI desenvolver atividades de treinamento, capacitação e de ambientação organizacional dos servidores em estágio probatório;
- XVII desenvolver ações de preparo e programas de aposentadoria dos servidores;
- XVIII promover a valorização humana dos servidores, proporcionando bem-estar e qualidade de vida, por meio de ações e atividades.
- Art. 3º A Escola do Legislativo Vereador Renato Carvalho de Andrade Pinto é diretamente subordinada à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

Parágrafo único A Escola do Legislativo terá autonomia organizativa, pedagógica e didática no planejamento, na execução e na avaliação de seus programas e atividades.

- Art. 4º A Escola do Legislativo Vereador Renato Carvalho de Andrade Pinto tem a seguinte estrutura organizacional:
 - I Presidência;
 - II Direção;
 - III Coordenação Pedagógica e de Projetos;
 - IV Conselho Geral.
- § 1º As funções administrativas, conforme estrutura organizacional proposta no caput deste artigo, serão desenvolvidas em regime de colaboração, respectivamente pelos seguintes agentes:
 - I Presidência: pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - II Direção: por servidor da Câmara Municipal designado pelo Presidente;
- III Coordenação Pedagógica e de Projetos: por servidor da Câmara Municipal designado pelo Presidente;
- IV -Conselho Geral: composto por um membro da Mesa Diretora do Legislativo, designado pelo Presidente; pelo Procurador Geral; pelo Diretor Geral; por um Assessor Legislativo; e pelo Diretor da Escola do Legislativo.



ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º O projeto pedagógico da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo será executado com o apoio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL.

Art. 5º As funções e atividades administrativas de que trata esta Resolução são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 6º A Mesa Diretora, no prazo de sessenta dias, instituirá o Regimento Interno da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

Art. 7º A Escola do Legislativo Vereador Renato Carvalho de Andrade integrará a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL e as redes das escolas dos Legislativos do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º Para atender às despesas decorrentes desta Resolução, serão usados recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2022.

Eldir José Batista Presidente